



ACORDO-QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU SOBRE A COOPERAÇÃO NOS
USOS PACÍFICOS DO ESPAÇO EXTERIOR

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados as "Partes"),

Animados do firme propósito de aprofundar as tradicionais relações de amizade e cooperação entre os dois países;

Considerando que o desenvolvimento da cooperação espacial bilateral contribui para reforçar os laços de amizade e a parceria entre os dois Estados;

Empenhados na manutenção do espaço exterior aberto à cooperação internacional ampla e para fins exclusivamente pacíficos;

Conscientes de que para os países de grande extensão territorial como Brasil e Peru, a utilização do espaço exterior para fins pacíficos constitui um instrumento insubstituível para o conhecimento de seus territórios e de seus recursos naturais, assim como para a promoção do desenvolvimento social, econômico, tecnológico e a proteção ambiental;

Considerando os termos do Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, de 27 de janeiro de 1967, bem como os termos de outros Tratados e Acordos Multilaterais sobre a exploração e o uso do espaço exterior, dos quais ambos os Estados sejam partes;

Tendo em vista o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica firmado pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, em 8 de outubro de 1975, em Brasília, e os Comunicados Conjuntos emitidos pelos Presidentes do Brasil e do Peru, em 11 de abril e em 25 de agosto de 2003;

Decididos a otimizar os resultados esperados, diminuir os custos, incrementar o uso da tecnologia espacial, promover a complementação e a coordenação de ações e projetos, maximizar a participação do setor industrial e estimular o intercâmbio de insumos e produtos da indústria espacial,

Acordam:

ARTIGO 1º

A Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Investigação e Desenvolvimento Aeroespacial (CONIDA) do Peru são designadas Entidades Executoras deste Acordo, as quais poderão indicar outros organismos e coordená-los, caso necessário, para o desenvolvimento de programas de cooperação nas áreas enumeradas no Artigo 2º.

ARTIGO 2º

As Entidades Executoras identificarão áreas de mútuo interesse e buscarão desenvolver programas e projetos conjuntos nos usos pacíficos do espaço exterior, mediante a utilização dos meios e infra-estrutura disponíveis das Partes. A cooperação no âmbito do presente Acordo abrangerá as seguintes áreas:

- a) Ciência e Tecnologia Espaciais inclusive meteorologia, microgravidade, geofísica, astrofísica e aeronomia;
- b) Avaliação e monitoramento do meio ambiente e dos recursos da Terra mediante sensoriamento remoto e outras aplicações espaciais;
- c) Desenvolvimento de missões conjuntas de satélites com fins científicos, tecnológicos e de aplicações espaciais;
- d) Desenvolvimento de foguetes de aplicações científicas com fins pacíficos;
- e) Serviços de lançamento,
- f) Outras áreas que venham a ser definidas pelas Partes.

ARTIGO 3º

Para a implementação do presente Acordo, as Partes poderão celebrar Ajustes Complementares. Os programas e projetos de cooperação espacial relacionados no Artigo 2º serão objeto de Acordos Específicos a serem firmados pelas Entidades Executoras e deverão identificar seus objetivos, os procedimentos de execução e as obrigações individuais e conjuntas das mesmas.

ARTIGO 4º

As Entidades Executoras serão as responsáveis pelos custos de suas atividades, na condução e execução dos programas e projetos de cooperação realizados no âmbito deste Acordo. Tais atividades serão conduzidas e executadas de acordo com as Leis e Regulamentos de cada Parte e estarão sujeitas à disponibilidade de fundos alocados para tais fins.

ARTIGO 5º

De acordo com suas respectivas legislações, as Partes promoverão o ingresso e a permanência de especialistas da outra Parte em seus territórios e envidarão todos os esforços possíveis para facilitar e acelerar a importação e exportação dos bens necessários para a implementação dos programas de cooperação.

ARTIGO 6º

A menos que seja acordado diversamente pelas Partes, o tratamento da propriedade intelectual, criada ou repassada no curso das atividades conjuntas, desenvolvidas no âmbito deste Acordo, será regido pelo Anexo ao presente instrumento, do qual passa a constituir parte integrante.

ARTIGO 7º

1. Em observância às condições de confidencialidade previstas no Anexo, as Partes, suas Agências Executoras e as Instituições designadas deverão garantir acesso, na base da reciprocidade e dentro de prazos razoáveis, aos resultados das pesquisas científicas e atividades conjuntas realizadas ao abrigo do presente Acordo. Para tanto, deverão encorajar o intercâmbio das informações e dados científicos e técnicos correspondentes, os quais não poderão ser transferidos a terceiros por uma das Partes sem prévio consentimento mútuo.

2. As Partes, por intermédio de suas Agências Executoras e de acordo com as respectivas legislações nacionais sobre informação de acesso restrito, facilitarão o intercâmbio mútuo de informações relativas às diretrizes básicas dos respectivos programas espaciais nacionais.

ARTIGO 8º

1. Para o acompanhamento da execução do presente Acordo, fica criado o Grupo de Trabalho Conjunto Peruano-Brasileiro sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, que se reunirá alternadamente em cada país, sempre que julgado necessário, a pedido de uma das Partes.

2. O Grupo de Trabalho será integrado, do lado peruano, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Comissão Nacional de Investigação e Desenvolvimento Aeroespacial e, do lado brasileiro, por representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Agência Espacial Brasileira e dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento das atividades espaciais.

ARTIGO 9º

Qualquer divergência relativa à interpretação e/ou implementação deste Acordo, que surja de sua execução, será submetida inicialmente à decisão das Entidades Executoras; caso persista a divergência, será encaminhada para sua solução, por via diplomática, ao Grupo de Trabalho Conjunto estabelecido no Artigo 8º.

ARTIGO 10

Este Acordo não interferirá na cooperação de qualquer uma das Partes com outros Estados e organizações internacionais.

ARTIGO 11

O presente Acordo-Quadro entrará em vigor na data da última notificação, por via diplomática, de conclusão pelas Partes dos procedimentos legais internos necessários a sua entrada em vigor.

ARTIGO 12

Qualquer modificação se fará por mútuo consentimento das Partes por via diplomática.

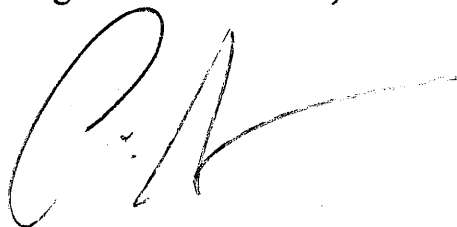
ARTIGO 13

A validade do presente Acordo-Quadro será de 5 (cinco) anos, renováveis automaticamente por idênticos períodos, exceto em caso de denúncia.

ARTIGO 14

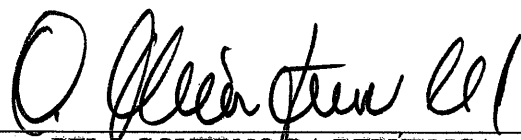
Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo em qualquer momento. A denúncia surtirá efeito (6) seis meses após a recepção da notificação da outra Parte, por via diplomática. A denúncia não afetará os programas ou projetos em andamento, salvo se as Partes acordarem o contrário.

Em fé do que as Partes subscrevem o presente Acordo em ato único na cidade de Lima, em 17 de fevereiro de 2006, em dois (2) exemplares originais, nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente autênticos e válidos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU

OSCAR MAÚRTUA DE ROMAÑA
Ministro de Relações Exteriores

ANEXO

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Para os fins do presente Acordo, a expressão “propriedade intelectual” terá o significado que lhe é atribuído pelo Artigo 2 da Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, celebrada em Estocolmo, em 14 de julho de 1967.

Para os propósitos do presente Anexo, a expressão “Organismos de Cooperação” referir-se-á às Agências Executoras e às outras Entidades designadas.

As Partes assegurarão a efetiva proteção da propriedade intelectual obtida no âmbito de projetos de cooperação realizados ao abrigo do presente Acordo.

Os Organismos de Cooperação deverão informar uns aos outros, em um prazo razoável, sobre quaisquer invenções ou trabalhos sujeitos a direito autoral que sejam gerados no âmbito do presente Acordo, bem como deverão tentar proteger tal propriedade intelectual no prazo mais curto possível.

I. ESCOPO

A. O presente Anexo aplica-se a todas as formas de atividade de cooperação realizadas no âmbito do presente Acordo, a menos que as Partes acordem diversamente, por escrito.

B. O presente Anexo regerá a atribuição de direitos entre as Partes ou os Organismos de Cooperação. Cada Parte assegurará que a outra Parte ou os Organismos de Cooperação da outra Parte possam adquirir os direitos de propriedade intelectual a que façam jus de acordo com os termos do presente Anexo.

C. Este Anexo não altera ou afeta a atribuição de direitos entre uma Parte e seus participantes, a qual será determinada pela legislação e a prática nacionais daquela Parte. Da mesma forma, o presente Anexo não altera as relações entre os Organismos de Cooperação de cada Parte e a relação entre as Partes e esses Organismos. Ele não afetará, tampouco, as obrigações internacionais das Partes.

D. Todos os direitos de propriedade intelectual adquiridos previamente ou resultantes de pesquisas independentes não serão alterados pelos termos do presente Anexo.

E. As controvérsias relativas a propriedade intelectual que surjam no âmbito do presente Acordo deverão ser resolvidas por meio de discussões amigáveis entre os Organismos de Cooperação ou, caso se julgue necessário, entre as Partes ou seus designados. No caso de tal controvérsia não ter solução no prazo de seis meses subseqüentes à solicitação das discussões e na ausência de acordo mútuo com relação a outros métodos de solução de controvérsia, ela deverá ser encaminhada, a pedido de uma das Partes, para a decisão final de um tribunal de arbitragem composto da seguinte forma: um árbitro nomeado pela Parte que iniciou o processo de arbitragem, um segundo árbitro nomeado pela outra Parte e um terceiro, que deverá presidir o tribunal de arbitragem, a ser escolhido conjuntamente pelos dois primeiros árbitros. Se uma Parte não nomear um árbitro em um período de 60 dias subseqüentes à nomeação do árbitro da outra Parte, ou se os árbitros designados pelas Partes não chegarem a acordo sobre o terceiro árbitro em um prazo de 60 dias subseqüentes à sua própria nomeação, o Presidente da Corte Internacional de Justiça, a pedido de uma das Partes, poderá proceder às designações necessárias.

As decisões do tribunal de arbitragem serão finais e não estarão sujeitas a protesto. Cada Parte cobrirá as despesas de seu árbitro e de seu advogado durante a tramitação do processo. As despesas relativas ao presidente do tribunal de arbitragem e outras despesas serão cobertas por ambas as Partes, de forma equitativa.

F. A denúncia ou expiração do presente Acordo não afetará os direitos e obrigações previamente adquiridos nos marcos do presente Anexo.

II. ATRIBUIÇÃO DE DIREITOS

A. Salvo nos casos em que as Partes, suas Agências Executoras e Programas de Cooperação estipulem em contrário, os direitos de propriedade intelectual serão alocados levando em consideração a contribuição econômica, científica e tecnológica de cada Parte para a criação de tal propriedade intelectual.

B. Os direitos autorais devem ser estendidos às publicações. As Partes ou suas Agências Executoras terão direito a uma licença não-exclusiva, irrevogável e isenta de "royalty" em todos os países para traduzir, reproduzir e distribuir publicamente relatórios, livros e artigos científicos e técnicos, que sejam fruto direto de cooperação realizada ao abrigo do presente Acordo. Todas as cópias distribuídas publicamente de um trabalho coberto por direito autoral preparado sob este dispositivo indicarão o(s) nome(s) do(s) autor(es) do referido trabalho.

C. Os direitos a todas as formas de propriedade intelectual, distintos daqueles descritos na seção II-A acima, serão atribuídos da seguinte maneira:

- 1) Todos os direitos de propriedade intelectual que resultem de atividades de indivíduos realizadas ao abrigo do presente Acordo deverão ser atribuídos, bem como os "royalties" respectivos deverão ser distribuídos, ou bem às respectivas instituições ou a eles próprios, com base no licenciamento da propriedade e de acordo com as leis e regulamentos de cada Parte.
- 2) No que diz respeito à propriedade intelectual gerada ao longo de atividades conjuntas com a participação das duas Partes, cada Parte terá a prerrogativa de obter todos os direitos e lucros no seu próprio país;
- 3) Os direitos e lucros em terceiros países serão determinados em Ajustes Complementares ou Programas de Cooperação específicos celebrados de acordo com os termos do Artigo 5º do presente Acordo.
- 4) Se uma atividade ou pesquisa não for designada como "pesquisa conjunta" ou "atividade conjunta" nos Ajustes Complementares ou Programas de Cooperação específicos celebrados de acordo com os termos do Artigo 5º do presente Acordo, os direitos à propriedade intelectual gerados por tal atividade ou pesquisa serão objeto de acordos a serem negociados entre as Partes ou seus Organismos de Cooperação.
- 5) No caso em que um projeto de pesquisa conjunta realizada nos marcos do presente Acordo leve à criação ou atribuição de um tipo de propriedade intelectual que não esteja protegido pela legislação vigente de uma das Partes, as Partes deverão prontamente entabular negociações com vistas a encontrar uma solução mutuamente aceitável.

III. SOFTWARES

A. A totalidade dos direitos de propriedade em relação a "softwares" desenvolvidos conjuntamente e/ou financiados conjuntamente no âmbito de atividades de cooperação deverá ser distribuída entre os Organismos de Cooperação, levando em consideração sua respectiva contribuição para a sua elaboração e financiamento.

B. A alocação de remuneração gerada pelo uso comercial de "software" desenvolvido conjuntamente e/ou financiado conjuntamente também pode ser determinada por acordos e contratos em separado.

IV. INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

A. As informações confidenciais deverão ser designadas como tal de maneira adequada. A responsabilidade por tal designação será da Parte ou do Organismo de Cooperação que requer tal confidencialidade. Cada Parte ou Organismo de Cooperação deverá proteger tal informação, em conformidade com a legislação interna em vigor em seu Estado.

B. O termo “informação confidencial” deverá referir-se a qualquer “know-how”, dado técnico ou informação financeira, independentemente da forma ou do meio físico na qual é transferida, que seja útil para os propósitos de desenvolver uma atividade no âmbito do presente Acordo, devendo preencher as seguintes condições:

- 1) a posse dessa informação pode assegurar ganhos, em particular de natureza econômica, científica ou técnica, os quais se configurem em uma vantagem na competição com pessoas que não as possuam;
- 2) essa informação não é do conhecimento geral e não está disponível publicamente a partir de outras fontes;
- 3) essa informação não foi previamente divulgada por seu proprietário para uma terceira pessoa sem a obrigação prévia de manutenção da sua confidencialidade, e
- 4) essa informação não está já à disposição do receptor sem que tenha havido a obrigação prévia de manutenção da sua confidencialidade.

C. A informação confidencial pode ser repassada pela Partes ou pelos Organismos de Cooperação o para seus respectivos funcionários, salvo disposição em contrário nos acordos ou contratos em separado. A informação repassada dessa forma poderá ser usada somente nos marcos dos limites da aplicação dos Ajustes Complementares e dos Programas de Cooperação, os quais deverão prever as condições e os limites temporais válidos na aplicação de tais dispositivos de confidencialidade.

D. As Partes e os Organismos de Cooperação estão obrigados a tomar todas as medidas necessárias com relação aos seus empregados, seus encarregados pelo trabalho e seus subcontratantes para garantir a observância das obrigações de salvaguarda da confidencialidade acima determinada.

V. TERCEIRAS PARTES

A cessão dos resultados das pesquisas conjuntas a terceiros deverá ser objeto de acordos por escrito entre as Partes ou seus respectivos organismos de cooperação. Tais acordos determinarão as regras de divulgação para terceiros de tais resultados obtidos.

ACUERDO MARCO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE
BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ SOBRE LA COOPERACIÓN
EN LA UTILIZACIÓN PACÍFICA DEL ESPACIO ULTRATERRESTRE

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República del Perú
(en adelante denominados las "Partes"),

Animados por el firme propósito de profundizar las tradicionales relaciones de amistad y cooperación entre los dos países;

Considerando que el desarrollo de la cooperación espacial bilateral contribuye a reforzar los lazos de amistad y de asociación entre los dos Estados;

Empeñados en el mantenimiento del espacio exterior abierto a la Cooperación Internacional amplia y para fines exclusivamente pacíficos;

Conscientes de que para los países de gran extensión territorial como Brasil y Perú, la utilización del espacio exterior para fines pacíficos constituye un instrumento insustituible para el conocimiento de sus territorios y de sus recursos naturales, así como para la promoción del desarrollo social, económico, tecnológico y la protección ambiental;

Considerando los términos del Tratado sobre Principios que deben Regir las Actividades de los Estados en la Exploración y Utilización del Espacio Ultraterrestre, inclusive la Luna y otros Cuerpos Celestes, del 27 de enero de 1967, así como los términos de otros Tratados y Acuerdos Multilaterales sobre la exploración y uso del espacio ultraterrestre, de los cuales ambos países sean partes;

Teniendo en cuenta el Acuerdo Básico de Cooperación Técnica y Científica suscrito entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República del Perú, el 8 de octubre de 1975, en Brasilia, y los Comunicados Conjuntos emitidos por los Presidentes de Brasil y del Perú, el 11 de abril y el 25 de agosto de 2003;

Decididos a optimizar los resultados esperados, disminuir los costos, incrementar el uso de la tecnología espacial, promover la complementación y la coordinación de acciones y proyectos, maximizar la participación del sector industrial y promover el intercambio de insumos y productos de la industria espacial,

Acuerdan:

ARTÍCULO 1°

La Agencia Espacial Brasileña (AEB) y la Comisión Nacional de Investigación y Desarrollo Aeroespacial (CONIDA) del Perú son designadas Entidades Ejecutoras de este Acuerdo, las cuales podrán designar otros organismos y coordinarlos, de ser necesario, para el desarrollo de programas de cooperación en las áreas enumeradas en el Artículo 2°.

ARTÍCULO 2°

Las Entidades ejecutoras identificarán áreas de mutuo interés y buscarán desarrollar programas y proyectos conjuntos en los usos pacíficos del espacio exterior, mediante la utilización de los medios e infraestructuras disponibles por las Partes. La cooperación en el ámbito del presente Acuerdo abarcará las siguientes áreas:

- a) Ciencia y Tecnología espaciales incluyendo meteorología, microgravedad, geofísica, astrofísica y aeronomía;
- b) Evaluación y monitoreo del medio ambiente y de los recursos de la Tierra a través de la percepción remota y otras aplicaciones espaciales;
- c) Desarrollo de misiones conjuntas de satélites con fines científicos, tecnológicos y de aplicaciones espaciales;
- d) Desarrollo de cohetes de aplicaciones científicas con fines pacíficos;
- e) Servicios de lanzamiento,
- f) Otras áreas de interés que serán definidas por las Partes.

ARTÍCULO 3°

Para la implementación del presente Acuerdo las partes podrán celebrar Acuerdos Complementarios. Los programas y proyectos de cooperación espacial relacionados con el Artículo 2° serán objeto de Acuerdos Específicos a ser suscritos por las Entidades Ejecutoras y deberán identificar sus objetivos, los procedimientos de ejecución y las obligaciones individuales y conjuntas de las mismas.

ARTÍCULO 4°

Las Entidades Ejecutoras serán las responsables de los costos de sus actividades, en la conducción y ejecución de los programas y proyectos de cooperación realizados en el ámbito de éste Acuerdo. Tales actividades serán conducidas y ejecutadas en conformidad con las Leyes y Reglamentos de cada Parte y estarán sujetas a la disponibilidad de fondos destinados para esos fines.

ARTÍCULO 5°

De acuerdo con sus respectivas legislaciones, las Partes promoverán el ingreso y la permanencia de especialistas de la otra Parte en sus territorios y realizarán todos los esfuerzos posibles para facilitar y acelerar la importación y exportación de los bienes necesarios para la implementación de los programas de cooperación.

ARTÍCULO 6°

A menos que sea acordado de manera diferente por las Partes, el tratamiento de la propiedad intelectual, creada o transferida en el curso de las actividades conjuntas, desarrolladas en el ámbito de este Acuerdo, será regido por el Anexo al presente instrumento, del cual pasa a constituir parte integrante.

ARTÍCULO 7°

1. En cumplimiento de las condiciones de confidencialidad previstas en el Anexo, las Partes, sus Agencias Ejecutoras y las Instituciones designadas deberán garantizar acceso, en base de reciprocidad y dentro de plazos razonables, a los resultados de las investigaciones científicas y actividades conjuntas realizadas al amparo del presente Acuerdo. Para ello, deberán promover el intercambio de las informaciones y datos científicos y técnicos correspondientes, los cuales no podrán ser transferidos a terceros por una de las Partes sin previo consentimiento mutuo.

2. Las Partes, por intermedio de sus Agencias Ejecutoras y de acuerdo con sus respectivas legislaciones nacionales sobre información de acceso restringido, facilitarán el intercambio mutuo de informaciones relativas a las directrices básicas de los respectivos programas espaciales nacionales.

ARTÍCULO 8°

1. Para el seguimiento de la ejecución del presente Acuerdo, se crea el Grupo de Trabajo Conjunto Brasileño-Peruano sobre los Usos Pacíficos del Espacio Ultraterrestre, que se reunirá, alternadamente, en cada país, siempre que se juzgue necesario, a pedido de una de la Partes.

2. El Grupo de Trabajo será integrado, del lado peruano por representantes del Ministerio de Relaciones Exteriores y de la Comisión Nacional de Investigación y Desarrollo Aeroespacial y, del lado Brasileño por representantes del Ministerio de Relaciones Exteriores, de la Agencia Espacial Brasileña y de los órganos responsables por el desarrollo de las actividades espaciales.

ARTÍCULO 9°

Cualquier controversia relativa a la interpretación y/o implementación del presente Acuerdo, que surja de su ejecución, será sometida inicialmente a la decisión de las Entidades Ejecutoras. En caso persista la controversia, será enviada para su solución, por vía diplomática, al Grupo de Trabajo Conjunto establecido en el Artículo 8°.

ARTÍCULO 10°

Este Acuerdo no interferirá en la cooperación de cualquiera de las Partes con otros Estados y Organizaciones Internacionales.

ARTÍCULO 11°

El presente Acuerdo Marco entrará en vigor a partir de la fecha de la última notificación en que una de las Partes comunique a la otra, a través de la vía diplomática, el cumplimiento de los requisitos exigidos por sus respectivos ordenamientos jurídicos internos necesarios para la entrada en vigencia de este Acuerdo.

ARTÍCULO 12°

Cualquier modificación se hará por mutuo consentimiento de la Partes, mediante vía diplomática.

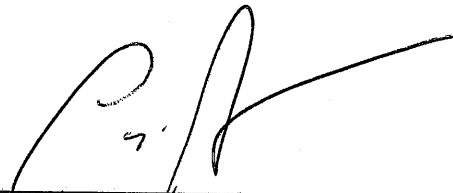
ARTÍCULO 13°

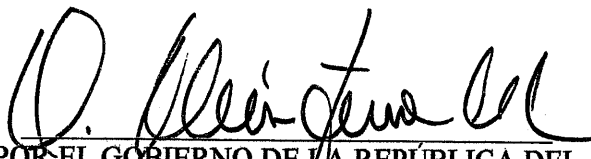
El presente Acuerdo tendrá una duración de (5) cinco años, renovables automáticamente por períodos idénticos, excepto si se produce la denuncia.

ARTÍCULO 14°

Cualquiera de las Partes podrá dar por terminado el presente Acuerdo en cualquier momento. La denuncia tendrá efecto (6) seis meses contados a partir de la recepción de la notificación por la otra Parte, por la vía diplomática. La denuncia no afectará los programas en ejecución, salvo si las Partes acuerdan lo contrario.

En fe de lo cual, las Partes suscriben el presente Acuerdo en unidad de acto, en la ciudad de Lima, a los diecisiete 17 días del mes de febrero de 2006, en (2) dos ejemplares originales, en idioma portugués y castellano, cada uno de ellos auténticos y validos.


POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL


POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL
PERÚ

ANEXO

PROPIEDAD INTELECTUAL

Para los fines del presente Acuerdo, la expresión "propiedad intelectual" tendrá el significado que le es atribuido por el Artículo 2 de la Convención que instituyó la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual, celebrada en Estocolmo, el 14 de julio de 1967.

Para los propósitos del presente Anexo, la expresión "Organismos de Cooperación" se refiere a las Agencias Ejecutoras y a las otras Entidades designadas.

Las Partes asegurarán la efectiva protección de la propiedad intelectual obtenida en el ámbito de proyectos de cooperación realizados al amparo del presente Acuerdo.

Los Organismos de Cooperación deberán informar los unos a los otros, en un plazo razonable sobre cualquier invención o trabajos sujetos a derechos autorales que sean producidos en el ámbito del presente Acuerdo, así como deberán buscar proteger tal propiedad intelectual en el plazo más corto posible.

I. FINALIDAD

A. El presente Anexo se aplica a todas las formas de actividad de cooperación realizadas en el ámbito del presente Acuerdo, a menos que las Partes acuerden algo diferente por escrito.

B. El presente Anexo regirá la atribución de los derechos entre las Partes o los Organismos de Cooperación. Cada Parte asegurará que la otra Parte o los Organismos de Cooperación de la otra Parte puedan adquirir los derechos de propiedad intelectual a los que se hagan merecedores de acuerdo con los términos del presente Anexo.

C. Este Anexo no altera o afecta la atribución de derechos entre una Parte y sus participantes, la cual será determinada por la legislación y la práctica nacional de aquella Parte. De la misma forma, el presente Anexo no altera las relaciones entre las Partes y esos organismos. Este Anexo no afectará tampoco, las obligaciones internacionales de las Partes.

D. Todos los derechos de propiedad intelectual adquiridos previamente o resultantes de investigaciones independientes no serán alterados por los términos del presente Anexo.

E. Las controversias relacionadas con la propiedad intelectual que surjan en el ámbito del presente Acuerdo deberán ser resueltas por medio de discusiones amigables entre los Organismos de Cooperación o, en caso que se juzgue necesario, entre las Partes o sus designados. En caso que tal controversia no sea solucionada en el plazo de los seis meses siguientes a la solicitud de las discusiones y en la ausencia de acuerdo mutuo con relación a otros métodos de solución de la controversia, ella deberá ser dirigida, a pedido de una de las Partes, para la decisión final de un tribunal de arbitraje conformado de la siguiente forma: un árbitro nominado por la Parte que inició el proceso de arbitraje, un segundo árbitro nominado por la otra Parte y un tercero, que deberá presidir el tribunal de arbitraje, a ser escogido conjuntamente por los dos primeros árbitros. Si una de las Partes no nombra un árbitro en un período de 60 días subsiguientes a la nominación del árbitro de la otra Parte, o si los árbitros designados por las Partes no llegasen a un acuerdo sobre el tercer árbitro en un plazo de 60 días subsiguientes a su propia nominación, el Presidente de la Corte Internacional de Justicia, a pedido de una de las Partes, podrá proceder a las designaciones necesarias.

Las decisiones del tribunal de arbitraje serán finales y no estarán sujetas a protesta. Cada Parte cubrirá los gastos de su árbitro y de su abogado durante la tramitación del proceso. Los gastos relativos al presidente del tribunal de arbitraje y otros gastos serán cubiertos por ambas Partes, de forma equitativa.

F. La denuncia o expiración del presente Acuerdo no afectará los derechos y obligaciones previamente adquiridos en los marcos del presente Anexo.

II. ATRIBUCIÓN DE DERECHOS

A. Exceptuando los casos en que las Partes, sus Agencias Ejecutoras y Programas de Cooperación estipulen lo contrario, los derechos de propiedad intelectual serán otorgados teniendo en cuenta la contribución económica, científica y tecnológica de cada Parte para la creación de tal propiedad intelectual.

B. Los derechos de autor comprenderán a las publicaciones. Las Partes o sus Agencias Ejecutoras tendrán derecho a una licencia no exclusiva, irrevocable y exenta de "royalty" en todos los países para traducir, reproducir y distribuir públicamente informes, libros y artículos científicos y técnicos, que sean fruto directo de la cooperación realizada al amparo de del presente Acuerdo. Todas las copias distribuidas públicamente de un trabajo cubierto por derechos de autor preparado bajo éste dispositivo indicarán los nombres de los autores del referido trabajo.

C. Los derechos a todas las formas de propiedad intelectual, distintos de los descritos en la sección II-A arriba, serán atribuidos de la siguiente manera:

1. Todos los derechos de propiedad intelectual que resulten de actividades de individuos realizadas al abrigo del presente Acuerdo deberán ser atribuidos, así como los "royalties" respectivos deberán ser distribuidos, o bien a las respectivas instituciones o a ellos mismos, con base al licenciamiento de la propiedad y de acuerdo con las leyes y reglamentos de cada Parte.
2. En lo que respecta a la propiedad intelectual generada a lo largo de las actividades conjuntas con la participación de las dos Partes, cada Parte tendrá la prerrogativa de obtener todos los derechos y lucros en su propio país.
3. Los derechos y lucros en terceros países serán determinados en Acuerdos Complementarios o Programas de Cooperación específicos celebrados de acuerdo con los términos del Artículo 5° del presente Acuerdo.
4. Si una actividad o investigación no fuese designada como "investigación conjunta" o "actividad conjunta" en los Acuerdos Complementarios o Programas de Cooperación específicos celebrados de acuerdo con los términos del Artículo 5° del presente Acuerdo, los derechos de la propiedad intelectual generados por tal actividad o investigación serán objeto de acuerdos a ser negociados entre la Partes o sus Organismos de Cooperación.
5. En el caso en que un proyecto de investigación conjunta realizada en los marcos del presente Acuerdo conduzca a la creación o atribución de un tipo de propiedad intelectual que no esté protegido por la legislación vigente de una de las Partes, las Partes deberán prontamente entablar negociaciones con miras a encontrar una solución mutuamente aceptable.

III. SOFTWARES

A. La totalidad de los derechos de propiedad en relación a "softwares" desarrollados conjuntamente y/o financiados conjuntamente en el ámbito de actividades de cooperación deberá ser distribuida entre los Organismos de Cooperación, teniendo en cuenta su respectiva contribución para su elaboración y financiamiento.

B. La distribución de la remuneración generada por el uso comercial de "software" desarrollado conjuntamente y/o financiado conjuntamente también puede ser determinada por acuerdos y contratos por separado.

IV. INFORMACIÓN CONFIDENCIAL

A. Las informaciones confidenciales deberán ser designadas como tales de manera adecuada. La responsabilidad por tal designación será de la Parte o del Organismo de Cooperación que requiera tal confidencialidad. Cada Parte u Organismo de Cooperación deberá proteger tal información, de conformidad con la legislación interna en vigor en su Estado.

B. El término "información confidencial" deberá referirse a cualquier "know-how", dato técnico o información financiera, independientemente de la forma o del medio físico en el que es transferida, que sea útil para los propósitos de desarrollar una actividad en el ámbito del presente Acuerdo, debiendo satisfacer las siguientes condiciones:

1. La posesión de esa información puede asegurar beneficios, en particular de naturaleza económica, científica o técnica, las cuales se configuran en una ventaja en la competición con las personas que no las poseen;
2. Esa información no es de conocimiento general y no está disponible públicamente a partir de otras fuentes;
3. Esa información no fue previamente divulgada por su propietario para una tercera persona sin la obligación previa de mantener su confidencialidad;
4. Esa información no está ya a disposición del receptor sin que haya habido la obligación previa de mantener su confidencialidad.

C. La información confidencial puede ser transferida por las Partes o por los Organismos de Cooperación para sus respectivos trabajadores, salvo disposición en contra en los acuerdos o contratos por separado. La información transferida de esa manera podrá ser empleada solamente en los marcos de los límites de aplicación de los Acuerdos Complementarios y de los Programas de Cooperación, los cuales deberán prever las condiciones y los límites temporales válidos para la aplicación de tales dispositivos de confidencialidad.

D. Las Partes y los Organismos de Cooperación están obligados a tomar todas las medidas necesarias con relación a sus empleados, sus encargados del trabajo y sus subcontratistas para garantizar el cumplimiento de las obligaciones de salvaguardia de la confidencialidad arriba determinada.

V. TERCERAS PARTES

La cesión de los resultados de las investigaciones conjuntas a terceros deberá ser objeto de acuerdos por escrito entre las Partes o sus respectivos Organismos de Cooperación. Estos acuerdos determinarán las reglas de divulgación para terceros de tales resultados obtenidos.